



Anais da Assembléia

Nº 158

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE DEZEMBRO DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Cafo Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 11:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duffio Genari; **PFL - 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Ruppe Filho; **PDT - 07:** Algaci Ormário Túlio - Emília de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB - 03:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB - 12:** Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademair Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL - 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 03.^a SESSÃO ORDINÁRIA
DO PERÍODO EXTRAORDINÁRIO
REALIZADA EM 28 DE DEZEMBRO DE 1994

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Luiz Carlos Alborghetti.

Às dez horas, foi registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Ademar Traiano, Algaci Túlio, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Durval Amaral, Duílio Genari, Élio Rusch, Ernani Pudell, Erondy Silvério, João Iensen, José Arthur Ritti, José Tavares, Lourenço Fregonese, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, e Rossoni (34). Ausentes os Senhores Deputados: Hermas Brandão, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Alceu Swarowski, Antonio Annibelli, Antonio Costenaro Neto, Carlos Simões, Doutor Rosinha, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Heinz Herwig, João Preis, José Afonso Júnior, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nilton Servo e Toti Colaço (20).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 169/94

Curitiba, 27.12.94

Senhor Presidente.

Em conformidade com o disposto no art. 66, inciso IV, combinado com o artigo 53, inciso X, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva alterar a estrutura básica do Poder Executivo, criando

e extinguindo Secretarias de Estado, assim como adotando outras providências, conforme especifica.

A medida ora proposta, que consubstancia o resultado de estudos realizados pela equipe técnica do Governador Jaime Lerner, visa adequar a estrutura do Poder Executivo com vistas a ensejar condições no sentido de que o futuro governo estadual possa dar execução ao seu Plano de Ação.

Tendo em vista a grande relevância da matéria aqui tratada solicito, como, aliás, previsto na Mensagem nº 168/94, de 23.12.94, seja apreciada no atual período de convocação extraordinária desse egrégio Poder Legislativo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

PROJETO DE LEI Nº 440/94

Art. 1º - Fica criada a Secretaria de Estado do Governo como parte integrante da Governadoria (art. 11, inciso I da Lei 8.485 de 03 de junho de 1987).

§ 1º - A Secretaria de Estado que trata este artigo compete a assistência direta e indireta ao Governador na sua representação civil; o recebimento, estudo e triagem do expediente processual encaminhado ao Governador, a transmissão e controle da execução das ordens dele emanadas; a coordenação da elaboração da mensagem anual do Governador à Assembléia Legislativa; a preparação de projetos de atos normativos e o controle do trâmite de projetos de lei na Assembléia Legislativa; a coordenação das medidas relativas ao cumprimento dos prazos de pronunciamento, pareceres e informações do Poder Executivo às solicitações da Assembléia Legislativa, a formalização de vetos; outras atividades correlatas.

§ 2º - Em conseqüência do disposto neste artigo à Casa Civil da Governadoria compete as relações públicas com autoridades civis e políticas e com a Assembléia Legislativa; o cerimonial público; o planejamento, a coordenação, a representação civil e a organização do relacionamento do Poder Executivo Estadual com vistas ao trato de assuntos políticos com outras esferas do Governo, a transmissão e controle da execução das ordens emanadas do Governador; o encaminhamento de projetos de lei e vetos ao Poder Legislativo; a coordenação dos escritórios de representação do Governo fora do Estado; outras atividades correlatas.

Art. 2º - Fica criada na estrutura or-

ganizacional básica do Poder Executivo a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos.

§ 1º - A Secretaria de Estado que trata este artigo compete a articulação do Governo com o setor privado visando promover o desenvolvimento econômico; a viabilização e implementação dos projetos estratégicos do Governo que contem com a participação do setor privado; a promoção e definição de diretrizes e a implantação da política estadual referente à área da indústria, comércio e desenvolvimento econômico; a promoção econômica e as providências, visando à atração, à localização, ao desenvolvimento e a divulgação de iniciativas industriais, comerciais e de desenvolvimento econômico para o Estado; o conhecimento e orientação dos fluxos de comercialização dos produtos do Estado; a promoção e divulgação de estudos e pesquisas sobre comercialização em articulação com o IPARDES, e a colocação de produtos paranaenses no mercado interno e externo; outras atividades correlatas.

§ 2º - Em consequência do disposto neste artigo a atual Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia passa a denominar-se Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior competindo-lhe a promoção e a definição de diretrizes e a implantação da política estadual referente às áreas do desenvolvimento científico e tecnológico e do ensino; a coordenação do sistema estadual de informações em ciência e tecnologia; a promoção da racionalização e do desempenho do ensino superior em função das necessidades sociais, científicas e tecnológicas; o estímulo à ação que promova a qualificação de recursos humanos para a ciência e a tecnologia em todos os níveis; a execução, a supervisão e o controle da ação do Governo relativa à educação de 3º grau; o controle e a fiscalização do funcionamento dos estabelecimentos da rede estadual de ensino superior; as atividades de pesquisa e experimentação tecnológicas e as relativas ao controle de qualidade e à prestação de serviço tecnológico; a promoção das medidas necessárias ao fomento mineral, através de levantamentos geológicos básicos e temáticos; à pesquisa e a prospecção minerogeológica; outras atividades correlatas.

Art. 3º - Fica criada na estrutura organizacional básica do Poder Executivo a Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família.

Parágrafo Único - A Secretaria de Estado que trata este artigo compete:

A organização e o desenvolvimento da política estadual da assistência social; conforme os princípios da Lei Orgânica de

Assistência Social - LOAS (Lei nº 8742/93), com vistas a promoção, a articulação e a coordenação dos serviços de assistência social, destinados principalmente aos grupos sociais excluídos tais como: famílias, crianças e adolescentes, idosos, portadores de deficiência e desempregados; a promoção e o desenvolvimento de uma política estadual de atenção à criança e ao adolescente visando ao atendimento de seus direitos fundamentais e seu pleno desenvolvimento; o estímulo e apoio a programas de ação voltados a população de baixa renda, tendo como enfoque central a família; a promoção e o incentivo ao desenvolvimento comunitário; a gerência e a manutenção de sistema público de informação a respeito de organização comunitárias e assistenciais; o estímulo à organização a nível municipal, de estruturas articuladas entre o Poder Executivo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e execução de programas sociais e projetos de enfrentamento à pobreza; a formação e o aperfeiçoamento permanente de mão-de-obra formal de produção; o apoio ao desenvolvimento do artesanato paranaense, a microunidade de produção e outras formas de atividades produtivas ou de prestação de serviços, capazes de gerar oportunidades de trabalho em articulação com a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho e Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos; estabelecimento de parceria com instituições públicas e privadas para a realização de atividades nas áreas de atuação da Secretaria; a realização de estudos e pesquisas concernentes às áreas de competência da Secretaria, bem como das fontes de recursos necessários ao eficiente desempenho de suas atribuições; outras atividades correlatas.

Art. 4º - Fica criada na estrutura organizacional básica do Poder Executivo a Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho.

Parágrafo Único - a Secretaria de Estado que trata este artigo compete:

A promoção da valorização do trabalho como fator de desenvolvimento da realização humana; a promoção e o estímulo para regularização do mercado de trabalho e do sistema de emprego; a promoção de intermediação de mão-de-obra; a gerência e a manutenção de um sistema público de informações a respeito do mercado de trabalho, formação profissional e sindicalização; a realização de estudos e pesquisas concernentes às áreas de competência da Secretaria bem como das fontes de recursos necessários ao eficiente desempenho de suas atribuições; administração do seguro-desemprego; outras atividades correlatas.

Art. 5º - Em consequência do disposto nos artigos 3º e 4º desta lei, fica extinta a atual Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social.

§ 1º - Os servidores e carga patrimonial da Secretaria de Estado ora extinta serão, mediante decreto, destinados às novas Secretarias de Estado.

§ 2º - A entidade autárquica FASPAR fica vinculada a Secretaria da Criança e Assuntos da Família.

Art. 6º - Fica criada na estrutura organizacional básica do Poder Executivo a Secretaria de Estado do Esporte e Turismo.

§ 1º - A Secretaria de Estado que trata este artigo compete:

O assessoramento ao Governador do Estado na coordenação da ação dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, com vistas a contribuir para a implementação da política de Governo nas áreas de esporte e turismo; o planejamento e a execução da política estadual de esporte e turismo; o aperfeiçoamento da organização, da administração, da disciplina e da prática do desporto, do lazer e da educação física não escolar, sob o ponto de vista técnico, estrutural e científico; o estudo, de forma sistemática e permanente, do mercado turístico, a fim de catalogar dados necessários para o desenvolvimento de programas, projetos e planos a serem desencadeados com o objetivo de dinamizar as atividades de turismo no Estado, bem como o propósito de manter um efetivo e adequado controle técnico sobre estas atividades; outras atividades correlatas.

§ 2º - Ficam excluídos do âmbito de ação da Secretaria de Estado da Cultura as atividades relacionadas com esporte e turismo, bem como os servidores e a carga patrimonial respectiva.

§ 3º - A entidade autárquica FESTUR passa a denominar-se Paraná Turismo com atribuições a serem definidas através de decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º - O Centro de Convenções de Curitiba S.A. e a entidade Paraná Turismo passam a vincular-se à Secretaria de Estado do Esporte e Turismo.

Art. 7º - A entidade autárquica COMEC, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, terá como fontes de receita:

Orçamento próprio, dotações orçamentárias e aquelas oriundas de créditos especiais ou adicionais, prestação de serviços técnicos através de convênios, gerenciamento de programas, projetos e serviços públicos, aplicações financeiras, empréstimos, auxílios, subvenções, contribuições, doações e legados, produto da venda de material inservível e da alienação de

bens móveis desnecessários ou obsoletos de seu patrimônio, atendida a legislação vigente; receitas de qualquer natureza proveniente do exercício de suas atividades; outras rendas eventuais.

Parágrafo Único - A COMEC será administrada por:

I - Conselho de Administração;

II - Diretor Presidente;

III - Diretor Técnico;

IV - Diretor Administrativo-Financeiro;

V - Diretor de Transporte Metropolitano.

Art. 8º - A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, passa a vincular-se a Governadoria do Estado.

Art. 9º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a baixar os atos que se fizerem necessários à execução da presente lei, inclusive os de natureza financeira e orçamentária, bem como os de estrutura e regulamentação dos órgãos por elas criados ou atingidos.

Art. 10 - O âmbito de ação do Chefe de Gabinete do Governador compreende:

A assistência e o assessoramento ao Governador no trato de questões, providências e iniciativas do seu expediente oficial; a administração geral do Palácio e das residências oficiais do Governo; o recebimento, estudo e triagem das correspondências encaminhadas ao Governador e transmissão e controle da execução das ordens dele emanadas; outras atividades correlatas.

Parágrafo Único - O cargo de Chefe de Gabinete do Governador terá vencimentos, prerrogativas e tratamento de Secretário de Estado.

Art. 11 - Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - Na Governadoria:

05 (cinco) cargos de Assessor Especial do Governador.

II - Na Secretaria de Estado do Governo:

01 (um) cargo de Secretário de Estado; 01 (um) cargo de Diretor Geral, DAS-1; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete do Secretário, DAS-5; 15 (quinze) cargos de Assessor Especial do Governador, DAS-1; 02 (dois) cargos de Coordenador Técnico, DAS-1; 02 (dois) cargos de Assessor Especial, DAS-2; 03 (três) cargos de Assessor, DAS-3; 10 (dez) cargos de Assessor Técnico, DAS-4; 18 (dezoito) cargos de Assessor Especial, DAS-5; 03 (três) cargos de Assessor, 1-C; 10 (dez) cargos de Assessor,

2-C; 10 (dez) cargos de Assistente, 3-C; 14 (quatorze) cargos de Assistente Técnico, 4-C; 04 (quatro) cargos de Oficial de Gabinete, 5-C; 30 (trinta) cargos de Auxiliar Técnico, 5-C; 05 (cinco) cargos de Assistente, 5-C; 05 (cinco) cargos de Oficial de Gabinete, 6-C; 09 (nove) cargos de Auxiliar Técnico, 6-C; 03 (três) cargos de Oficial de Gabinete, 7-C; 04 (quatro) cargos de Assistente Técnico, 8-C; 10 (dez) cargos de Auxiliar, 11-C; 01 (um) cargo de Assistente, 14-C; 12 (doze) cargos de Auxiliar, 15-C.

III - No Gabinete do Governador:

01 (um) cargo de Chefe de Gabinete do Governador; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete do Secretário, DAS-5; 02 (dois) cargos de Coordenador, DAS-1; 01 (um) cargo de Assessor Especial, DAS-2; 01 (um) cargo de Assessor, DAS-3; 02 (dois) cargos de Assessor Técnico, DAS-4; 04 (quatro) cargos de Assessor Especial, DAS-5; 03 (três) cargos de Assessor, 1-C; 05 (cinco) cargos de Assessor, 2-C; 05 (cinco) cargos de Assistente, 3-C; 01 (um) cargo de Assessor de Gabinete, 5-C; 01 (um) cargo de Auxiliar Técnico, 6-C; 01 (um) cargo de Assistente, 8-C; 04 (quatro) cargos de Auxiliar, 11-C; 01 (um) cargo de Auxiliar, 15-C.

IV - Na Casa Militar:

01 (um) cargo de Assessor Especial, DAS-2; 01 (um) cargo de Assessor, DAS-3; 01 (um) cargo de Assessor Técnico, DAS-4; 03 (três) cargos de Assessor Especial, DAS-5; 03 (três) cargos de Assessor, 1-C; 03 (três) cargos de Assessor, 2-C; 05 (cinco) cargos de Auxiliar Técnico, 4-C; 03 (três) cargos de Auxiliar Técnico, 5-C; 01 (um) cargo de Oficial de Gabinete, 5-C; 01 (um) cargo de Auxiliar Técnico, 6-C; 01 (um) cargo de Assistente Técnico, 8-C; 04 (quatro) cargos de Auxiliar, 11-C.

V - Na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral:

01 (um) cargo de Assessor Especial de Planejamento, DAS-1; 05 (cinco) cargos de Assessor Técnico, DAS-2; 05 (cinco) cargos de Chefe de Coordenação, DAS-2; 04 (quatro) cargos de Gerente de Projeto, DAS-3; 03 (três) cargos de Assistente Técnico, DAS-4; 08 (oito) cargos de Técnicos de Projetos, DAS-5; 08 (oito) cargos de Assistente Técnico, 1-C; 05 (cinco) cargos de Chefe de Grupo de Planejamento Setorial, 1-C; 05 (cinco) cargos de Assistente Técnico, 2-C; 05 (cinco) cargos de Assistente de Grupo de Planejamento Setorial, 2-C.

VI - Na unidade autárquica COMEC:

01 (um) cargo de Diretor Presidente,

DAS-1; 05 (cinco) cargos de Assessor, DAS-2; 05 (cinco) cargos de Assessor, DAS-5; 09 (nove) cargos de Coordenador, DAS-5; 20 (vinte) cargos de Técnico em Desenvolvimento, 1-C.

VII - Na unidade autárquica IPARDES:

02 (dois) cargos de Assessor, DAS-5; 04 (quatro) cargos de Chefe de Departamento, DAS-5; 02 (dois) cargos de Coordenador de Centro de Estudos, DAS-5; 12 (doze) cargos de Coordenador de Centro de Projetos, 1-C.

VIII - Na Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família:

01 (um) cargo de Secretário de Estado; 01 (um) cargo de Diretor Geral, DAS-1; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete do Secretário, DAS-5; 03 (três) cargos de Assessor Técnico, DAS-2; 04 (quatro) cargos de Coordenador, DAS-2; 04 (quatro) cargos de Assessor, DAS-3; 04 (quatro) cargos de Assessor, DAS-4; 17 (dezessete) cargos de Chefe de Escritório Regional, DAS-5; 05 (cinco) cargos de Assessor Técnico, DAS-5; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete, DAS-5; 08 (oito) cargos de Assessor, 1-C; 05 (cinco) cargos de Assistente, 4-C; 07 (sete) cargos de Assistente, 7-C.

IX - Na unidade autárquica FASPAR:

01 (um) cargo de Diretor Presidente, DAS-1; 02 (dois) cargos de Assessor, DAS-2; 02 (dois) cargos de Diretor, DAS-2; 02 (dois) cargos de Assessor Técnico, DAS-3; 01 (um) cargo de Assessor Técnico, DAS-4.

X - Na Secretaria de Estado do Emprego e Relações de Trabalho:

01 (um) cargo de Secretário de Estado; 01 (um) cargo de Diretor Geral, DAS-1; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete do Secretário, DAS-5; 01 (um) cargo de Assessor, DAS-2; 01 (um) cargo de Assessor, DAS-3; 02 (dois) cargos de Assessor, DAS-4; 02 (dois) cargos de Coordenador, DAS-5; 02 (dois) cargos de Assessor, DAS-5; 17 (dezessete) cargos de Chefe de Escritório Regional, 1-C; 04 (quatro) cargos de Gerente de Projetos, 1-C; 04 (quatro) cargos de Auxiliar Técnico, 3-C; 04 (quatro) cargos de Auxiliar Técnico, 4-C.

XI - Na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Programas Estratégicos:

01 (um) cargo de Secretário de Estado; 01 (um) cargo de Diretor Geral, DAS-1; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete do Secretário, DAS-5; 02 (dois) cargos de Assessor, DAS-2; 02 (dois) cargos de Coordenador, DAS-2; 02 (dois) cargos de Assessor, DAS-3; 03 (três) cargos de Assessor Técnico,

co, DAS-5; 05 (cinco) cargos de Assistente Técnico, 1-C.

XII - Na Secretaria de Estado do Meio Ambiente:

02 (dois) cargos de Coordenador, DAS-2.

XIII - Na unidade autárquica SUCEAM:

02 (dois) cargos de Diretor, DAS-3.

XIV - Na Secretaria de Estado da Administração:

05 (cinco) cargos de Chefe de Grupo de Administração Setorial, 1-C; 05 (cinco) cargos de Assistente de Grupo de Administração Setorial, 2-C; 05 (cinco) cargos de Chefe de Grupo de Recursos Humanos Setorial, 1-C; 05 (cinco) cargos de Assistente de Grupo de Recursos Humanos Setorial, 2-C.

XV - Na Secretaria de Estado da Fazenda:

05 (cinco) cargos de Chefe de Grupo Financeiro Setorial, 1-C; 05 (cinco) cargos de Assistente de Grupo Financeiro Setorial, 2-C.

XVI - Na secretaria de Estado do Esporte e Turismo:

01 (um) cargo de Secretário de Estado, 01 (um) cargo de Diretor Geral, DAS-1; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete do Secretário, DAS-5; 01 (um) cargo de Assessor, DAS-2; 01 (um) cargo de Assessor, DAS-3; 01 (um) cargo de Assessor, DAS-5; 02 (dois) cargos de Assessor 1-C, 02 (dois) cargos de Assessor, 2-C; 01 (um) cargo de Coordenador de Esportes, DAS-3.

Parágrafo Único - Os vencimentos mensais dos cargos de Assessor Especial do Governador, previsto no inciso I deste artigo são fixados em valores iguais de Secretário de Estado.

Art. 12 - Ficam extintos os seguintes cargos de provimento em comissão:

I - Na Governadoria:

02 (dois) cargos de Secretário de Estado Especial.

II - Na Casa Civil:

01 (um) cargo de Subchefe da Casa Civil, DAS-1; 03 (três) cargos de Assessor Especial, DAS-2; 01 (um) cargo de Assessor Técnico Administrativo, DAS-2; 05 (cinco) cargos de Assessor Técnico, DAS-3; 13 (treze) cargos de Assessor Técnico, DAS-4; 23 (vinte e três) cargos de Assessor, DAS-5; 19 (dezenove) cargos de Assessor Especial, DAS-5; 03 (três) cargos de Chefe de Gabinete; DAS-5; 09 (nove) cargos de Assessor, 1-C; 11 (onze) cargos de Assessor, 2-C; 16 (dezesesseis) cargos de Assis-

tente, 2-C; 01 (um) cargo de Assistente Técnico, 2-C; 20 (vinte) cargos de Assistente, 3-C; 24 (vinte e quatro) cargos de Auxiliar Técnico, 4-C; 05 (cinco) cargos de Assistente, 5-C; 53 (cinquenta e três) cargos de Auxiliar Técnico, 5-C; 11 (onze) cargos de Auxiliar Técnico, 6-C; 05 (cinco) cargos de Oficial de Gabinete, 6-C; 03 (três) cargos de Oficial de Gabinete, 7-C; 04 (quatro) cargos de Assistente Técnico, 8-C; 08 (oito) cargos de Assistente, 11-C; 10 (dez) cargos de Auxiliar, 11-C; 01 (um) cargo de Assistente, 14-C; 12 (doze) cargos de Auxiliar, 15-C.

III - Na Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social:

01 (um) cargo de Secretário de Estado; 05 (cinco) cargos de Oficial de Gabinete, 6-C; 01 (um) cargo de Diretor Geral, DAS-1; 02 (dois) cargos de Diretor, DAS-3, 16 (dezesesseis) cargos de Chefe de Núcleo Regional, 1-C; 01 (um) cargo de Chefe de Gabinete de Secretário, DAS-5; 01 (um) cargo de Chefe da Coordenadoria da Seguridade, DAS-5; 02 (dois) cargos de Chefe de Coordenadoria, DAS-5; 01 (um) cargo de Chefe da Coordenadoria de Desenvolvimento Comercial, DAS-5; 01 (um) cargo de Assistente do Diretor Geral, DAS-5; 01 (um) cargo de Assessor, DAS-5; 08 (oito) cargos de Assessor, 1-C; 05 (cinco) cargos de Assistente, 4-C; 07 (sete) cargos de Assistente, 7-C.

IV - Na unidade autárquica COMEC:

01 (um) cargo de Diretor Geral, DAS-1.

V - Na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral:

14 (quatorze) cargos de Chefe de Escritório Regional, 1-C.

Art. 13 - O Governador do Estado poderá, através de decreto proceder o remanejamento de competências e vinculações de entidades da administração direta e indireta, instituir organogramas bem como a transformação e remanejamento de cargos que não impliquem em aumento da despesa.

Art. 14 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 170/94

Curitiba, 27 de dezembro de 1994.
Senhor Presidente.

Em conformidade com o art. 66, inciso I, da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar, a partir de 22 do corrente mês, em R\$ 1.243,20 (um

mil, duzentos e quarenta e três reais e vinte centavos), os vencimentos dos Advogados do Quadro Geral do Poder Executivo, em isonomia com os da quinta classe da Carreira Especial de Advogado.

O plano de lei ora encaminhado, visa atender justa reivindicação de 41 (quarenta e um) Advogados do Quadro Geral que, pelo fato de não terem adquirido a estabilidade assegurada pelo art. 19, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Magna Carta, não ingressaram na Carreira Especial de Advogado do Estado, mas que, entretanto, prestam serviços da mesma natureza.

Outrossim, solicito que a matéria aqui tratada seja apreciada durante o atual período de convocação extraordinária desse egrégio Poder Legislativo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os vencimentos dos Advogados do Quadro Geral do Poder Executivo, ficam, a partir de 22 de dezembro de 1994, fixados no valor de R\$ 1.243,20 (hum mil, duzentos e quarenta e três reais e vinte centavos), em isonomia com os da quinta classe da Carreira Especial de Advogado.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ofício:

OF/DTL/SAT nº 316/94

Curitiba, 27 de dezembro de 1994.

Senhor Presidente.

Atendendo expediente que me foi dirigido pelo Senhor Desembargador Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado, venho, através deste, solicitar a Vossa Excelência, providências no sentido de que a matéria constante do Ofício nº 882/94-TJ, de 26.12.94, protocolado sob nº 13076/94-ALE, seja incluída no rol daquelas a serem apreciadas no atual período de convocação extraordinária dessa augusta Assembléia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2820

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final aos projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.12.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2821

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água à Rua Santa Gema Galgane, proximidades do nº 425 - Barreirinha, tendo em vista que há várias semanas não há o fornecimento da mesma. O pedido está sendo feito pelos moradores do local, uma vez que toda a comunidade está sofrendo com esse problema.

Sala das Sessões, em 28.12.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2822

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido da Sra. Maria Garcia Tibúrcio, moradora à Rua São Frido de Brito, nº 22 (antiga Alameda Onze), bairro CIC, a qual solicita que a conta do seu telefone nº 241-9530, seja entregue em sua residência. Afirma ela que nunca recebeu os avisos de pagamento e que gostaria de recebê-los.

Sala das Sessões, em 28.12.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2823

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de fornecimento de água na Rua Tucum, proximidades do nº 30 - Uberaba, uma vez que não está sendo suficiente para atender a todos os moradores do local.

O pedido está sendo feito pelos moradores da citada rua, os quais afirmam que

é fornecida pouca água e com isso muitos transtornos vêm ocorrendo a todos.

Sala das Sessões, em 28.12.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2824

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de proceder a limpeza de um terreno, localizado ao lado do Supermercado Center Mineiro.

Ocorre que os moradores das proximidades não sabem quem é o dono do terreno e como o mato está muito alto, solicitam que a Prefeitura atenda a presente solicitação, uma vez que será de grande valia para a comunidade.

Sala das Sessões, em 28.12.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2825

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Telecomunicações do Paraná S.A. - TELEPAR, no sentido de atender o pedido feito pelos moradores do bairro do Xaxim, os quais solicitam a instalação de um aparelho telefônico público à Rua José Rebelato n° 174, em frente à Mercearia do Ezequiel, uma vez que será de grande valia a toda comunidade.

Sala das Sessões, em 28.12.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 2826

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de falta de água que vem ocorrendo à Rua Vitório de Biasio, proximidades do n° 82, no bairro da Barreirinha.

O pedido está sendo feito pelos moradores do local, os quais afirmam que há vários dias não vem a água em suas casas, causando uma série de transtornos a todos.

Sala das Sessões, em 28.12.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela Ordem Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Quero esclarecimento de Vossa Excelência, se essa matéria pode entrar na pauta da Con-

vocação Extraordinária, que chegou hoje.

Se o Regimento da Casa permite isso, acho temerário uma medida dessa natureza ser enviada agora no final, praticamente no Período Extraordinário para análise, e o que consta cria um verdadeiro trem da FERROESTE não é o trem da alegria, o trem cheio de cargos aí, que transforma inclusive o Projeto do Deputado Anibal Khury, numa liturina, comparado com o trem da alegria que representa esse projeto.

Quero fazer essa indagação à Mesa, sendo ponto de vista do Regimento é admissível que esse Projeto seja analisado dentro deste Período de Convocação Extraordinário, porque o que me consta a convocação é específica para o projeto e não pode ser agregados novos projetos, novas iniciativas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Presidente fala ao Deputado Ernani Pudell. Sua Excelência o Governador Mário Pereira, em Mensagem enviada a Assembléia Legislativa convocou esta Casa para apreciar o Projeto da Fundação Cardíaco, o Projeto das taxas do DETRAN, e o Projeto 434 de autoria do Deputado Anibal Khury, e outras matérias que oportunamente enviaria a esta Casa.

Portanto, a mesa entende que esta matéria está dentro da Convocação Extraordinária, está recebendo, está lendo no Expediente de hoje. Essa matéria foi entregue à Presidência no final da tarde de ontem, e a matéria será enviada à Comissão de Constituição e Justiça, para que possa a Comissão dar o seu Parecer a respeito do assunto.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Senhor Presidente.

Vi na primeira Sessão de Convocação a preocupação do Deputado Colombino Grassano, inclusive numa Questão de Ordem à Mesa, perguntando a respeito da possibilidade de convocação pelo Governo que encerra no dia 31 na Assembléia, para períodos já de um novo Governo.

A Mesa pronunciou-se dizendo possível. Acho uma questão de alta indagação, no entanto.

Agora, a questão de Ordem do Deputado Ernani Pudell, é procedente, Vossa Excelência tem assessoria na Mesa, o Artigo 61, se não me falha a memória, da Constituição, no seu Parágrafo 5° diz que a Assembléia Legislativa é convocada por período definido para uma pauta definida.

Portanto, me parece que o alvo da convocação da Assembléia são as matérias que Vossa Excelência leu no dia que leu a Mensagem do Governador convocando a Assembléia com os assuntos relacionados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicitou à assessoria, a

cópia da Mensagem que convocou a Assembléia para o período extraordinário, e na sequência, fará a leitura da mesma aos Senhores Deputados, para que possamos dirimir as dúvidas porventura existentes.

O Senhor 1º Secretário fará o prosseguimento da leitura do expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem) - Vossa Excelência, respondendo à questão do nobre Deputado Ernani Pudell, afirmou que as matérias iriam para a Comissão de Justiça.

Pergunto a Vossa Excelência se não serão encaminhadas, de acordo com o Regimento, para todas as comissões permanentes da Casa?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Evidentemente que sim, Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Muito obrigado. Era isso o que eu queria que ficasse constando em Ata.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Anibal Khury) - Procede à leitura da Mensagem encaminhada à Casa. (A Mensagem nº 168/94, encontra-se publicada no D.A. nº 156, de 26.12.94).

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Com relação à Mensagem Governamental nº 170/94, pediria a Vossa Excelência que oferecesse ou então, o Líder do Governo nesta Assembléia Legislativa, Deputado José Tavares, que oferecesse melhores subsídios para que possamos votar melhor esta Mensagem nº 170/94, porque a Mensagem é um pouco confusa e é estranho que o Governo manda que o anteProjeto de Lei que objetiva fixar a partir de 22 do corrente mês, em R\$ 1.243,20 (hum mil duzentos e quarenta e três reais e vinte centavos), os vencimentos dos Advogados do Quadro Geral do Poder Executivo, em isonomia com os da quinta classe da Carreira Especial de Advogado, porque logo a seguir, ele diz que são 41 advogados que não foram beneficiados pela estabilidade mantida e garantida pela Constituição Federal. De modo que essa Mensagem não é clara e pediria a Vossa Excelência que, antes da sua votação, nos trouxesse, através da Secretaria da Administração, melhores esclarecimentos para que possamos votar bem e certos de que estamos realmente cumprindo a Constituição e o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Presidência para maiores esclarecimentos do Plenário, faz a leitura, mais uma vez da Mensagem de Convocação da Assembléia Legislativa.

Depois de diversas considerações diz:

"... reunir-se extraordinariamente no período de 26 de dezembro a 3 de janeiro próximo, para apreciação de matérias de relevante interesse público, entre as quais as de que tratam as Mensagens nºs 165/94, 167/94 que justamente dizem respeito à Fundação Cardíaco e taxas do DETRAN; Projeto do Deputado Anibal Khury nº 434/94, bem como outras referentes à estrutura administrativa proposta pelo futuro governo".

Então entendo que a matéria proposta pelo Governo está inserida na convocação extraordinária que foi instalada na última segunda-feira.

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expedientes. Passamos ao Horário das Lideranças.

Não havendo quem queira falar no Horário das Lideranças, está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 34 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 169/94, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva alterar a estrutura básica do Poder Executivo, criando e extinguindo Secretarias de Estado, assim como adotando outras providências conforme especifica. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Mensagem nº 170/94, subscrita pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente encaminhando anteprojeto de lei que objetiva fixar, a partir de 22 do corrente mês, em R\$ 1.243,20 (hum mil, duzentos e quarenta e três reais e vinte centavos), os vencimentos dos Advogados do Quadro Geral do Poder Executivo, em isonomia com os da quinta classe da Carreira Especial de Advogado. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Ofício/DTL/SAT nº 316/94, Subscrito pelo Senhor Governador do Estado, constante do expediente, solicitando providências no sentido de que a matéria constante do Ofício nº 882/94-FJ, de 26.12.94, protocolado sob nº 13076/94-ALE, seja incluída no rol daquelas a serem apreciadas no atual período de convocação extraordinária dessa Casa de Leis. **A Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem da Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/94, de autoria do Deputado Anibal Khury, que dispõe sobre Cargos de Assessor da Casa Civil do Governo do Estado. **COM**

PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. EMENDA COM
PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Em votação.**

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Mais um caso de matéria correlata se apresenta perante esse Plenário da Assembléia Legislativa. O Projeto do Deputado Anibal Khury - 362, conflita com a Mensagem Governamental - 169. Mais do que conflita: são criações dos mesmos cargos, porque o art. 11, Mensagem 169, que acaba de ser lida pelo 1º Secretário, na Governadoria está a criação de 5 cargos de Assessor Especial do Governador.

No Projeto de Lei nº 362, do Deputado Anibal Khury, transforma 21 cargos de Assessor Simples - Símbolo DAS-5, da Casa Civil em cinco (5) cargos de Assessor Especial do Governador - AE-5.

Ao mesmo tempo na Secretaria do Estado do Governo, Senhor Presidente, são criados 15 cargos de Assessor Especial do Governador - DAS-1.

Os mesmos DAS-1, três vezes mais do que os criados pelo Projeto do Senhor Deputado Anibal Khury.

Nessas condições, Senhor Presidente, consulto a Mesa, se aprovado o Projeto do Senhor Deputado Anibal Khury, haverá Emenda Supressiva proporcional aos cargos criados hoje, em segunda discussão, ou se, prevalecendo o Projeto do Deputado Anibal Khury, e se for aprovada a Mensagem Governamental 169 nos termos em que foi enviada pelo Senhor Governador Mário Pereira, se acrescentaremos mais os treze cargos criados pela Lei apresentada pelo Senhor Deputado Anibal Khury.

Nessas condições, o lógico, o bom-senso indica que, retirando-se o Projeto nº 362/94, do Deputado Anibal Khury, este Projeto, está inserido, o 434/94, está inserido na Mensagem Governamental 169 que a 1ª Secretaria acaba de ler.

É a consulta que faço a Vossa Excelência.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A

Presidência entende, Deputado Colombino Grassano, que aprovado o Projeto do Deputado Anibal Khury inclusive na forma da Emenda Substitutiva Geral ao Projeto, que tem parecer já da C.C.J., será necessário, se quisermos realmente, manter o mesmo número de cargos que estão sendo propostos, será necessária uma Emenda Supressiva a nível da Mensagem do Governador.

Em discussão o Projeto e a Emenda Substitutiva Geral ao Projeto 434. Em votação o Projeto e a Emenda.

A Mesa esclarece que aprovada a Emenda Substitutiva Geral, ficarão evidentemente, prejudicadas as demais matérias pertinen-

tes a este projeto.

A Emenda Substitutiva Geral diz o seguinte:

(Lê a Emenda).

Evidentemente que para o DAS-1, DAS-5, não se fixa o valor porque já é fixado através de Lei votada pela Assembléia.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -

Então me causa estranheza ter constado ontem na Ordem do Dia a Emenda Aditiva 362/94.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa esclarece, Deputado.

Quando tramitou o Projeto de Lei nº 362/94 o Deputado Anibal e outros Parlamentares apresentaram a Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 362/94. Naquela ocasião, atendendo as manifestações de Plenário e do autor da proposta, a Emenda ao Projeto 362/94 foi retirada e transformada em Projeto de Lei à parte que recebeu número de Projeto de Lei nº 434/94. Esse Projeto constou da Ordem do Dia de ontem em primeira discussão e constou da Ordem do Dia de hoje em segunda discussão.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, estava esta matéria, esta folha na Ordem do Dia de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Perfeitamente, é o que está aqui, Deputado.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - E por que razão estava na Ordem do Dia de ontem se V. Exa. já havia transformado, o Deputado Anibal Khury já havia pedido que retirassem da Ordem do Dia e que transformassem em projeto para votação regular.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Projeto de Lei nº 362/94 e a emenda do Deputado Anibal Khury ao Projeto de Lei nº 362/94 foi apresentado na Sessão do dia 13 de dezembro, retirada naquela Sessão do dia 13 ou do dia 14 e transformado em Projeto de Lei à parte, que recebeu o número de 434/94 e foi desta forma publicado na Ordem do Dia de ontem por convocação, por inclusão na convocação extraordinária por parte do Governador Mário Pereira.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Mas na Ordem do Dia de ontem estava a Emenda Aditiva 362/94.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Mas a Emenda Aditiva 362/94 transformou-se no Projeto 434/94.

Em votação a Emenda Substitutiva Geral ao Projeto 434/94. **Aprovado.**

- O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Verificação de Votação.
- O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Mesa defere e fará a Verificação de Votação.
- O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Registre-se o voto contrário da Bancada do PT.
- O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Depois de feita a Verificação de Votação.
- O SR. 1º SECRETÁRIO (Plauto Miró Guimarães) - (Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).
- O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem) - Senhor Presidente, retiro o pedido de chamada nominal.
- O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Retirada a chamada nominal, procederemos à verificação de votação. Senhores Deputados favoráveis à Emenda Substitutiva Geral ao Projeto 434/94 queiram levantar-se. Senhores Deputados contrários queiram levantar-se.

Trinta e dois (32) aprovam; dois (02) rejeitam. Está aprovada a Emenda Substitutiva Geral. O Projeto irá a 3ª votação em Sessão Extraordinária logo a seguir.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 167/94, que objetiva alterar as tabelas de serviços referidas no art. 25 da Lei nº 7.811 de 29 de dezembro de 1983, alterada pelos arts. 1º da Lei nº 8.067 de 28 de dezembro de 1984; 1º da Lei nº 9.500 de 28 de dezembro de 1990 e pela Lei nº 10.038 de 16 de julho de 1992, que versam sobre taxas do DETRAN. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. **Aprovado, artigo por artigo.**

Sobre a mesa, requerimento nº 2820 de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2821 a 2826, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após, às 10:35 horas, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

- 3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 434/94.

Levanta-se a sessão.